

Ultrapassar o Capitalismo como um Todo!

Não há alternativas no capitalismo, precisamos de alternativas ao capitalismo.

1. Introdução

"Mudar o 'todo'." Sob este título programático, a Rede Ecuménica Rhein-Mosel-Saar tinha formulado a sua crítica ao capitalismo em 2005. Tal como nas declarações do Conselho Mundial de Igrejas e do Papa Francisco, o "todo" era visto sobretudo sob o aspecto redutor do "mercado total". O texto foi uma primeira tentativa de fundamentar um não ao capitalismo político-económico e teologicamente reflectido. Quando hoje formulamos: "*Ultrapassar o Capitalismo como um Todo*", não estamos a olhar para o capitalismo apenas como uma forma económica, mas também como uma forma social. Que não pode ser limitada a áreas isoladas, mas permeia a sociedade como um todo, ou seja, economia e política, cultura e religião, pensamento e acção, e, não menos importante, a constituição psicossocial dos indivíduos. Ao fazê-lo, não vemos o capitalismo como um bloco monolítico, mas como um processo em constante mudança, em suas manifestações perante as crises sociais, que, no entanto, não pode sair da determinação da sua forma social, ou seja, não pode mudar a sua constituição básica, a sua essência. Portanto, no quadro do capitalismo não é possível resolver as crises globais que se agravam. Em vez disso, ele conduz cada vez mais a um processo de crise que exclui e mata pessoas, e destrói os fundamentos da vida.

Qual das chamadas múltiplas crises que foram causadas passa para primeiro plano depende em grande parte de coincidências, do que desperta o interesse, geralmente de curto prazo e em rápida mudança, dos meios de comunicação e do público. Nos meses de 2019 em que estamos a escrever a versão final deste documento, as mudanças climáticas (mais uma vez) vieram à tona, porque as e os estudantes estão em luta contra a ameaça ao seu futuro.

No entanto, quem não está dependente dos ciclos mediáticos pode perceber que toda uma cadeia de processos de crise desenvolve globalmente os seus potenciais de destruição duradouros. Lembramos

- os processos de divisão e empobrecimento social que estão a avançar globalmente – na Alemanha mesmo com dados económicos favoráveis,
- Estados em desintegração, nos quais se estão a espalhar economias de pilhagem e grupos terroristas que não podem ser "colocados sob controle" nem mesmo com intervenção militar,
- as catástrofes ecológicas que, juntamente com os processos de desintegração social e política em grandes partes do mundo, tornam impossível a vida e a sobrevivência,
- as e os migrantes em cuja fuga se expressa a crise,
- movimentos e partidos que vão até ao centro da sociedade, e que procuram tirar proveito da crise através do pensamento nacionalista-regionalista e de orientações racistas, sexistas, anticiganistas e anti-semitas violentas,
- o aumento mundial da repressão estatal (policial) e da ameaça militar,
- pessoas que são atiradas para trás sobre si mesmas perante crises incompreensíveis e que, como "eus empresariais", têm de lidar com a crise enquanto "indivíduos" através de adaptações individuais sempre novas, deprimindo-se no seu esgotamento
- e, não menos importante, a crise económica e financeira global de 2007-2009, que destruiu as esperanças de um capitalismo impulsionado pelas finanças, bem como a confiança no resgate e nas opções de intervenção do Estado.

Na Rede Ecuménica, a intensificação dos processos de crise levou-nos repetidamente a preocuparmo-nos com o todo social das relações capitalistas, em cujo "sistema operativo" eles estão a actuar. O que se tornou central para nós foi a percepção de que as chamadas múltiplas crises, neste quadro social, não só não podem ser dominadas, mas conduzem sistematicamente a catástrofes. Perspectivas para a vida das pessoas e da criação só podem ser desenvolvidas se for possível romper com a socialização capitalista. A crise desta socialização expressa-se nas

múltiplas crises. Não há como sair dela sem ultrapassar toda a forma capitalista da sociedade e as relações patriarcais de género a ela ligadas.

Com o documento "*Ultrapassar o Capitalismo como um Todo*" queremos deixar claro este entendimento e apurar a consciência de que, sem ultrapassar o capitalismo, não se pode obter nenhuma perspectiva contra a destruição e a favor da vida das pessoas e da criação. Fazemos isto também em vista da evolução dos movimentos sociais e das igrejas, que tacitamente se resignaram a esta situação, ou cujas críticas não se aproximam da constituição da sociedade capitalista, permanecendo assim necessariamente redutoras. Talvez possamos fazer uma modesta contribuição ao avançar uma crítica do capitalismo que visa ultrapassá-lo, sem a qual todas as perspectivas de mudança estão condenadas ao fracasso. O tempo urge, perante uma crise que já se tornou uma crise global de sobrevivência.

No nosso texto partimos dos processos de crise e destruição que vivemos (1./2.), reflectimos sobre eles em vista do "todo" das condições capitalistas (3.), combinamos isso com a reflexão teológica bíblica (4.) e perguntamos o que tudo isso tem de significar para as nossas acções (5.).

2. O que nós percebemos: Processos destrutivos

Nos últimos anos, os processos de divisão social intensificaram-se na Alemanha, e mais ainda no resto do mundo. O trabalho está a perder importância como base para a segurança material na vida, para a participação na vida social e para a identidade subjectiva. As pessoas tornam-se "supérfluas" porque já não são utilizáveis como "capital humano", ou têm de trabalhar em condições precárias, ou seja, sem suficiente protecção legal e por salários que não dão para viver.

As pessoas nos dois terços do mundo são particularmente afectadas pela intensificação da luta pela sobrevivência. Sofrem de pobreza, fome e doenças, deficiência ou colapso da segurança social, destruição dos fundamentos naturais da vida (desertificação, erosão do solo, condições climáticas extremas, poluição das águas etc.), repressão policial e militar, mas também com o asselvajamento dos aparelhos policiais e militares (gangues, milícias) que já não são controláveis pelo Estado. Processos económicos e ecológicos de destruição, colapsos políticos e sociais obrigam as pessoas a uma agravada luta pela sobrevivência, cada vez mais levada a cabo por meio da violência e do terror, podendo a violência tornar-se um fim em si mesmo. A falta de saída da situação leva a uma barbarização que se expressa na "guerra de todos contra todos".

A pobreza também está a crescer nos países dos centros capitalistas. De par com a má nutrição, os cuidados médicos ainda piores, os sem-abrigo e a falta de casas, ao mesmo tempo, a gentrificação dos bairros urbanos destrói o acesso à habitação. Estes processos são acompanhados por relações de trabalho precárias, ou seja, mal remuneradas e juridicamente inseguras. Como resultado, as pessoas não podem viver com um, nem mesmo com vários empregos mal remunerados. Quem quiser ter acesso ao trabalho – e mais ainda a empregos mais bem remunerados – tem de adaptar-se às exigências individuais e sociais do mundo do trabalho, num processo de auto-optimização infundável e psicologicamente destrutivo. A exclusão e a divisão social levam as pessoas a distanciarem-se ainda mais das outras que estão ainda mais abaixo. O medo da despromoção e o isolamento levam a uma luta impiedosa pela auto-afirmação. Pretende-se assim proteger os próprios interesses contra a suposta ameaça dos outros. Na luta pela auto-afirmação, os outros, especialmente refugiados e minorias, são vivenciados como uma ameaça. Tal clima favorece o (re)fortalecimento de correntes racistas, sexistas, anticiganistas e anti-semitas.

A legislação Hartz IV, impulsionada pelos Social-Democratas e Verdes, deu à Alemanha uma vantagem na concorrência global e permitiu-lhe tornar-se rapidamente campeã mundial de exportação, desenvolvendo-se mais favoravelmente do que os seus concorrentes no mercado mundial. Por um lado, isto só foi possível porque os países mais fracos tiveram de concorrer por baixo, com base no emprego precário, e foram levados a endividar-se. Por outro lado, mesmo estes "sucessos" também não conseguiram sustentar os processos de divisão na Alemanha. Eles são particularmente drásticos na pobreza das crianças e das pessoas idosas.

A política é impotente perante todos estes processos, porque não tem perspectiva. As suas medidas visam gerir a crise e mantê-la dentro de certos limites, ou seja, manter os processos de valorização do capital, custe o que custar: quer se trate da furiosa recolha de dados de base tecnológica ou de condições de trabalho escravas, o alcance é enorme. Ao mesmo tempo, os políticos e políticas não hesitam em manobrar os humores e ressentimentos estúpidos, por exemplo, jogando os alemães pobres contra os refugiados.

Os movimentos sociais limitam-se frequentemente a exigências ilusórias pautadas pela restauração do antigo Estado social. Exigem mais justiça na produção e no comércio, medidas para a habitação, saúde, educação... Ao fazê-lo, eles não reflectem sobre o facto de que tudo isso falhou nos anos 70 e 80, devido ao aumento da concorrência, e esbarrou nos limites da viabilidade financeira, desencadeando a viragem para o neoliberalismo, que, entretanto, também falhou. O iluminismo e a democracia são invocados contra o racismo e o anti-semitismo, sem reflectir sobre as conotações racistas do iluminismo nem sobre a selecção das pessoas, associada à democracia capitalista, entre "capital humano valorizável" e "supérfluos".

Seria natural que o agravamento da crise desencadeasse uma reflexão mais intensa sobre as inter-relações sociais dos fenómenos da crise e a sua mediação com a totalidade social. Mas é o contrário que está a acontecer. A reflexão teórica necessária para isso não tem lugar. Mesmo a catástrofe climática, que agora também é perceptível nos centros, não leva a uma mudança de pensamento, mas é ligada à ilusão de que ela pode ser controlada por meios capitalistas.

Sob a pressão dos múltiplos problemas, os movimentos sociais fogem muitas vezes para um fetichismo da acção que, em "falsa imediatidade", leva a um activismo irreflectido e, portanto, ilusório. Levados pela "falsa imediatidade" do fetichismo da acção, estão sobretudo movimentos de direita, que também encontram aprovação no centro da sociedade. Sem passar pelo "purgatório" da reflexão crítica, eles presumem ser capazes de identificar imediatamente os culpados, de indicar e resolver problemas de maneira concretista. Parece como se as contradições que já não podem ser resolvidas no quadro da formação social capitalista e da sua lógica, e que se agravam com a crise global de sobrevivência, devessem ser banidas, desaparecendo do pensamento e/ou sendo compensadas com o activismo.

3. Reflectir sobre o "todo".

Face ao agravamento da crise, é tempo de reformular e continuar a desenvolver os conhecimentos adquiridos, e de corrigir eventuais deficiências. Por um lado, é preciso reconhecer que os fenómenos individuais de crise não se limitam a impor-se, mas são mediados com a totalidade da socialização capitalista: Nos fenómenos de crise, torna-se visível o "todo" das relações capitalistas. Em segundo lugar, tem de ser mais acentuadamente tido em conta que a totalidade capitalista é originalmente determinada, por igual, pela produção masculina de valor e mais-valia, através do dispêndio de trabalho, e pela dissociação da reprodução conotada como feminina, ou seja, da educação, dos cuidados e da atenção humana. E, finalmente, é preciso lembrar que a sociedade capitalista, devido às suas inerentes contradições, caminha para uma crise que já não pode ser ultrapassada no quadro da socialização capitalista e, portanto, para uma catástrofe social global, que está actuando a vários níveis.

3.1 Entender as crises globais como crise da forma capitalista: O capital como "contradição em processo".

Karl Marx tinha entendido o capital como uma "contradição em processo". As empresas têm de produzir sob as condições da concorrência. Estão, portanto, sob pressão para produzir de modo mais produtivo do que os seus concorrentes. Podem ser mais produtivas se substituírem o trabalho humano, que é a fonte de valor e de mais-valia, por tecnologia, podendo, assim, produzir mais mercadorias mais rapidamente e mais baratas do que os seus concorrentes. O capitalismo é assim constituído por uma contradição lógica. Obriga as empresas a substituir trabalho por tecnologia. Ao fazê-lo, mina os seus próprios fundamentos e impulsiona o processo da sua própria destruição. Esta contradição está relacionada com o facto de o trabalho abstracto ser a base para a produção de valor e mais-valia, que é representado nas mercadorias produzidas e realizado na venda das

mercadorias. Abstrai-se do conteúdo concreto do trabalho. O que conta é que ele possa ser quantificado. É medido em termos do tempo médio de trabalho gasto na produção das mercadorias na sociedade. Como é possível utilizar o trabalho mais tempo do que o necessário para reproduzi-lo, ele pode criar não apenas valor, mas também mais-valia, ou seja, valor que é "mais" do que o valor criado no tempo para a sua reprodução. Quanto mais o capitalismo é forçado a substituir o trabalho pela tecnologia, no interesse da produtividade e da competitividade, mais tem de desaparecer com o trabalho a base da organização capitalista.

Marx tinha reconhecido a "contradição em processo" como limite lógico do capitalismo. Com os fenómenos de crise desde os anos 70 e 80 este também esbarra em limites históricos. A revolução microelectrónica marca o início de um processo que continua até hoje e se intensifica com o avanço da digitalização (Indústria 4.0 etc.), no qual desaparece mais trabalho do que aquele que pode ser compensado com a redução de preços e a diversificação da produção, bem como a expansão dos mercados. O capitalismo tem de viver com o facto de o trabalho, como fonte de produção de valor e de mais-valia, estar a esgotar-se. Deste modo perde a sua base o fim em si mesmo abstracto e irracional da produção capitalista, de fazer do dinheiro mais dinheiro, para deixá-lo fluir como capital de volta ao processo de valorização.

A fim de compensar a diminuição do trabalho e os conexos limites ao crescimento do capital na economia real, tem sido maciçamente promovida desde os anos 70 a multiplicação do dinheiro através do comércio de dinheiro ou de títulos. A acumulação possibilitada pela negociação de títulos financeiros, contudo, tem apenas o carácter de uma acumulação fictícia, uma vez que o dinheiro multiplicado deste modo não está ligado ao valor real, ou seja, é "dinheiro sem valor". Grandes partes da produção económica real, cada vez mais complexa e cara, dependem agora da afluência de dinheiro sem valor. Devido à diminuição da substância de trabalho, já não é possível relacionar os mercados financeiros com a produção de mais-valia. O resultado é um processo de bolhas financeiras que rebentam cada vez mais frequentemente e com consequências cada vez mais dramáticas. O mais tardar com a crise financeira e económica mundial 2007-09, que foi desencadeada pela crise imobiliária nos EUA em 2007, os limites desta "tentativa de solução" deveriam ter-se tornado óbvios.

A necessidade de assegurar dinheiro para investimentos através dos mercados financeiros está associada a riscos cada vez maiores, especialmente porque tecnologias cada vez mais novas e complexas requerem somas de dinheiro cada vez maiores. Isto irá exacerbar ainda mais os fenómenos de crise que têm sido evidentes desde os anos 70. A pressão para a precarização das relações laborais, os processos de endividamento e a concorrência pelas localizações, como uma corrida para os locais de produção mais rentáveis, irá aumentar. A perda e precarização do trabalho também reduz as receitas fiscais associadas, de modo que as despesas governamentais, que ao mesmo tempo têm de ser cada vez mais elevadas para investimentos nas localizações e para acções governamentais de resgate quando as bolhas rebentam, estão a atingir os limites da sua viabilidade financeira. As consequências são mais cortes sociais, poupanças na saúde, na educação etc., com pobreza e divisão sociais crescentes – acompanhadas pela privatização e economização de áreas sociais. Os indivíduos que queiram garantir um dos empregos bem pagos cada vez mais escassos estão sob pressão crescente para competir e se afirmar. Eles têm de se adaptar às condições de valorização da sua força de trabalho e apresentar-se como uma força de trabalho valorizável no mercado de trabalho.

Com a crise do capitalismo, os problemas ecológicos também estão a tornar-se mais agudos. Em vez de se aceitar os "limites naturais de crescimento", a compulsão ao crescimento, que impulsiona uma produtividade cada vez maior, leva a um cada vez maior consumo de recursos, a resíduos que é preciso eliminar e à emissão de poluentes destruidores do clima. A natureza parece defender-se sob a forma de tempestades, subida do nível do mar etc. Nas suas tentativas de compensar o limite lógico e histórico do processo de valorização do capital, os limites ecológicos estão a confrontá-la como um limite externo. À medida que a crise se aprofunda, torna-se cada vez mais impossível conciliar o que é "ecologicamente necessário" com o que é "economicamente

viável". Os limites ecológicos também marcam o fim das possibilidades de desenvolvimento capitalista.

Em relação aos dois terços do mundo, o fracasso do "desenvolvimento atrasado" – já há várias décadas – é óbvio. Para serem competitivos no mercado mundial, os países dos dois terços do mundo teriam de ser capazes de produzir ao mais alto nível tecnológico estabelecido pelo mercado mundial. Fornecer os recursos necessários para isso é impensável, dada a diminuição da criação de valor, excepto em nichos. A situação dos dois terços do mundo é agravada por fenómenos como o aumento da apropriação de terras (*Land Grabbing*) e pelos acordos internacionais de investimento e comércio. Estes últimos, mais uma vez, restringem a margem de acção política restante. Não é apenas a crise social e política que é mais aguda nos dois terços do mundo. A crise de sobrevivência ecológica também está a mostrar aqui os seus efeitos mais dramáticos: Catástrofes devidas a inundações e tempestades, como expressão das alterações climáticas, erosão dos solos, desertificação, poluição das águas, lixeiras de sucata dos chamados países industrializados etc. Em resumo: a destruição dos fundamentos ecológicos da vida afecta primeiro as pessoas nos dois terços do mundo, em processos progressivos de decadência.

Os processos de destruição ecológica encontram Estados que dificilmente são capazes de agir, que não conseguem mais manter estruturas sociais e políticas de produção, reprodução e convivência social, e são ainda menos capazes de lidar com os problemas ecológicos do que os países do Norte global. Na desintegração das economias e dos Estados, torna-se visível que a socialização, em sua polaridade capitalista de mercado e Estado, se decompõe. Ela é substituída pela luta pela sobrevivência em economias de pilhagem, onde os gangues lutam pelo acesso aos recursos remanescentes e pela sua alimentação no mercado mundial. Os colapsos económicos, políticos e sociais, acompanhados pela destruição dos fundamentos ecológicos da vida, são uma das principais razões pelas quais as pessoas fogem. Nos países dos centros capitalistas, isto é visto como a chamada crise dos refugiados. O problema são então os "refugiados", não os processos de destruição desenfreada. Se eles forem repelidos, os problemas parecem estar resolvidos. A defesa contra os refugiados está inserida em estratégias políticas e militares para manter as regiões sistemicamente relevantes sob controlo e funcionais. As regiões relevantes para o sistema são regiões nas quais são adquiridas matérias-primas, nas quais os mercados em funcionamento ainda podem ser servidos, ou também Estados que estão preparados para evitar pela força que os refugiados atravessem as fronteiras e para assumir o controlo dos deportados em campos fora da Europa. Pretende-se que as fronteiras dos países dos centros capitalistas sejam protegidas das pessoas que neles procuram uma oportunidade de sobrevivência. Estas são assim seleccionadas entre pessoas "úteis", ou seja, económica e socialmente "valorizáveis", e pessoas "supérfluas", que sobrecarregam o país como localização para a valorização do capital.

3.2 A dissociação da reprodução e a desvalorização das mulheres

No processo de imposição da sociedade capitalista, marcado pela violência durante séculos, o valor e a dissociação constituíram-se como os princípios da sua forma. O capital, como "contradição em processo" em crise, não pode existir e funcionar sem a dissociação da reprodução, e a reprodução não pode existir e funcionar sem o valor. Neste sentido, o valor conotado como masculino e a dissociação da reprodução conotada como feminina determinam por igual a socialização capitalista. A produção de valor e mais-valia pressupõe a dissociação da reprodução, enquanto o reino da reprodução não pode existir e funcionar sem trabalho e dinheiro. Valor e dissociação, como princípios da forma social que constitui a totalidade social, são fundamentais para todas as esferas e categorias sociais: para o Estado, que estabelece o quadro político e jurídico para a "valorização do valor", bem como para o sujeito, como agente do trabalho abstracto utilizado ao serviço da multiplicação do valor. Para existir, o valor precisa da dissociação como o Outro que nem pode ser classificado conceptualmente. A dissociação da reprodução conotada como feminina representa o "reverso obscuro do valor". Como o conceptualmente incompreensível, o psicossocial, o diferente e contraditório que não fica absorvido no valor, ela permanece despercebida na crítica do valor dominada pelos homens.

Embora o valor e a dissociação em mediação dialéctica determinem equi-primordialmente a totalidade da socialização capitalista, o domínio dissociado sofre uma desvalorização. As actividades reprodutivas são subordinadas e subvalorizadas perante o trabalho assalariado, as mulheres perante os homens. Isto também se aplica quando as mulheres se "emancipam" no trabalho assalariado. Como regra, elas são mais mal pagas e geralmente permanecem em posições bastante mais baixas. Simultaneamente, mesmo estando em trabalho remunerado, continuam a ser as principais responsáveis pelo domínio da reprodução, pelo cuidado e educação das crianças, pelo cuidado dos idosos e doentes, pelo afecto e emotividade, ou seja, por tudo o que a vida humana necessita social e psicologicamente para a sua reprodução.

Na crise do capitalismo, com o desaparecimento do trabalho humano como fonte de valor e mais-valia, perdem a sua base não só o processo de valorização e o seu enquadramento estatal, mas também as instituições do trabalho e da família. Cada vez mais, a luta pela sobrevivência tem de ser travada sem garantias sociais. As mulheres carregam o principal fardo da responsabilidade – agora também na gestão e como administradoras da crise na política – enquanto os homens procuram fugir às responsabilidades. Como tem sido observado há já algum tempo nos dois terços do mundo, também nos países ocidentais estão a ocorrer situações em que os homens fogem, refugiam-se no álcool e nas drogas, e as mulheres são as únicas responsáveis na luta pela sobrevivência da família.

3.3 Processamento irreflectido da crise e asselvajamento

Apesar dos fenómenos de crise cada vez mais dramáticos, pretende-se que a constituição patriarcal-capitalista da sociedade não seja, obviamente, tocada. É proibido pensar nisso. Assim, o avanço da crise é acompanhado por um pragmatismo que encontra expressão no difuso apelo "Temos de fazer alguma coisa", e coloca a reflexão teórica sob suspeita de ser um arrazoado que está longe da prática e foge da responsabilidade. A compulsão para uma acção indeterminada e imediata é alimentada pela sensação sombria de que algo ameaçador está em curso.

Em tal clima, Pegida, AfD, identitários etc. podem crescer e florescer. Neles se expressa a necessidade social de concretizar os culpados por problemas complexos em "falsa imediatidade". Culpados que são apontados em "os estrangeiros", "os refugiados", "os banqueiros", "os políticos". Também se intensifica o ódio contra os judeus ou contra a existência do Estado de Israel. Expressa-se verbalmente em ultrajes aos judeus e manifesta-se em ataques ao povo e às instituições judaicas. No entanto, o que pode ser visto nas supostas franjas da sociedade não é um "fenómeno marginal", mas sim a expressão de processos no "centro" da sociedade, que também se manifestam no chamado espectro da esquerda: por exemplo, na concretização estruturalmente anti-semita da crise do capitalismo no capitalismo de casino, ou na polarização dos pobres entre alemães e estrangeiros no partido "Die Linke". Tais concretizações imediatas supostamente abrem possibilidades de acção imediata. Quando os culpados e responsáveis são identificados, problemas complexos parecem controláveis. Eles podem aparentemente ser resolvidos por acção directa. Não é coincidência que a reactivação de ressentimentos sexistas, racistas, anticiganistas e anti-semitas seja acompanhada pela desvalorização e selecção de pessoas, ao longo da fronteira entre trabalho e não-trabalho. Os não-trabalhadores são repelidos e difamados. O espectro vai desde os beneficiários do Hartz IV e os refugiados, acusados de querer viver uma vida preguiçosa à custa da população activa, até à distinção entre rendimento do trabalho e rendimento do dinheiro sem trabalho e, em última análise, entre capital criador e capital rapinante.

3.4 Crise do sujeito

Mesmo que não seja entendida, a crise do capitalismo toma o seu curso catastrófico e tem de ser processada por indivíduos que têm de viver as suas vidas na forma de sujeito em ruptura, ou seja, como agentes do trabalho abstracto.

O sujeito do trabalho fica sem trabalho. Ao mesmo tempo, a família, como local de reprodução, perde a sua base. O "patriarcado produtor de mercadorias" torna-se selvagem. Com o trabalho e sua promessa de sucesso e prosperidade, rompem-se as possibilidades de sublimação da subjectividade burguesa a ele associadas. Perante promessas vazias, o adiamento das pulsões faz

tão pouco sentido como o compromisso vinculante com um objecto. As necessidades clamam sempre por uma satisfação imediata, os problemas por uma solução imediata, através da concretização de culpados e correspondentes estratégias de acção imediata. A relação com o mundo exterior dos objectos é fundamentalmente perturbada. Dada a quebra da subjectividade burguesa, está a espalhar-se um "carácter social narcisista". Está sob a compulsão de assimilar objectos, ou afastá-los como ameaça, ou destruí-los. Nesta matriz, as questões de conteúdo só são significativas se puderem ser percebidas e processadas em relação directa com o próprio eu, ou se desencadearem preocupações e puderem ser tratadas como questões pessoais. Caso contrário, são negadas como insultos ou ameaças excessivas, agressivamente repelidas ou até mesmo depressivamente ignoradas.

Essas conexões ajudam a entender porque reagem as pessoas tão alergicamente – ignorando-as ou recusando-as agressivamente – a análises extenuantes e complexas, que são experimentadas como impotentes ou deprimentes e que, além disso, bloqueiam uma saída para a "falsa imediatidade" do concretismo e do fetichismo da acção. Não podem suportar o distanciamento reflexivo nem a falta de uma estratégia de acção imediata.

Quanto mais a crise avança, tanto mais as pessoas, que se estão a privar da reflexão e que foram aprontadas como sujeitos, correm o risco de se fundir com o mundo, num anti-intelectualismo autoritário e agressivo. A reflexão, como capacidade de se colocar fora de si mesmo para olhar distanciadamente para si mesmo e para as circunstâncias, torna-se difícil. Como sujeito supostamente autoconfiante e responsável, o reconhecimento de ser apenas um apêndice ou material de um processo de valorização e dos momentos de dissociação que o acompanham é doloroso porque é decepcionante, ou seja, provoca desilusão. E é ainda mais doloroso porque não há alternativa que possa ser realizada imediatamente e dentro do quadro das condições capitalistas, que são pressupostas e afirmadas sem reflexão.

3.5 Nos limites das possibilidades de acção

A única opção na crise, para indivíduos fechados sem reflexão na imanência do mundo capitalista, parece ser a luta individual pela sobrevivência, ou a luta contra a decadência da classe média. Sejam pessoas já caídas e assediadas pelo programa Hartz IV, ou pessoas de classe média atormentadas pelo medo da queda – todas estão sujeitas aos pesados e inconclusivos constrangimentos da auto-otimização. Devem manter-se em forma, ou seja, competitivas, para a valorização da sua força de trabalho cada vez menos procurada. Embora o seu fracasso esteja pré-programado, devido a exigências excessivas e/ou falta de sucesso, elas mesmas são responsabilizadas por isso. Falharam porque não foram suficientemente ótimas. O stress da auto-otimização e o fracasso clamam por alívio individual. Que é procurado em ofertas esotéricas sem reflexão, ou mesmo nas mencionadas orientações de direita.

A política integrada na forma capitalista também encontra os limites das suas possibilidades de acção. Ela só é capaz de agir dentro do quadro estabelecido pela forma capitalista. Como o Estado, e com ele a política que o molda, também dependem do sucesso do processo de valorização capitalista, as possibilidades de acção política diminuem à medida que a crise se agrava. A política torna-se uma administração da crise sem reflexão nem perspectiva. Ao mesmo tempo, está sob crescente pressão para agir face ao agravamento dos problemas. Sob essa pressão, os políticos também sucumbem sucessivamente à tentação de buscar alívio na activação de estereótipos racistas, sexistas, anti-semitas e anticiganistas, o que é possível a qualquer momento. Além disso, a incapacidade de agir das administrações da crise, que aumenta com a crise, ameaça transformar-se em estratégias autoritárias, que podem ser percebidas em todo o mundo. E onde os aparelhos de segurança militar e policial estão também cada vez mais privados da sua base económica, está a ser travada uma luta pela sobrevivência, numa "guerra de todos contra todos". Sem esquecer que nesta tombam primeiro e sobretudo os pobres, as minorias e as mulheres (incluindo feminicídios).

Os movimentos sociais, incluindo os movimentos ecuménicos centrados na justiça, na paz e na integridade da criação, também se mantêm no quadro da forma política capitalista. Eles também se submetem à constituição capitalista de crise sem reflexão, ou ficam presos a meio caminho em

sua crítica do capitalismo. Também eles não estão tão perplexos ou irritados com os processos catastróficos a agravarem-se que cheguem a uma crítica radical do capitalismo e, portanto, a uma crítica das suas formas. Contra a má realidade capitalista, eles, ao invés disso, reclamam os ideais ou promessas não cumpridas do iluminismo, como se fossem a "essência" da modernidade. Assim, no entanto, eles movem-se como os indivíduos que estão à mercê das coerções de auto-otimização e da política fechada nas formas capitalistas, dentro do quadro das condições prevaletentes, que só são criticadas sob o aspecto da diferença entre a realidade e o ideal. Isto pode ser visto nas exigências de regulações político-jurídicas, de decisões democráticas (ou mais democráticas) e, em geral, de respeito pelos direitos humanos: tudo isto se refere à forma social de valor e dissociação, que já não se pode reproduzir e que, portanto, traz consigo uma destruição cada vez mais dramática para o ser humano e para o meio ambiente. Quanto mais a crise avança, mais condenada ao fracasso está a realização destas exigências políticas.

3.6 O iluminismo como promessa ilusória

Sem uma reflexão crítica sobre os ideais e promessas do iluminismo, incluindo os direitos humanos, não pode haver saída da prisão da forma de sociedade capitalista que se está a despedaçar. É preciso reflectir que o iluminismo, como suposta ponta de lança do progresso social, não representa ideais intemporais da humanidade, mas tem de ser entendido como a expressão ideológica da sociedade capitalista. A sua crítica, portanto, tem de ser uma componente essencial da crítica do capitalismo. Se ele é definido acriticamente como norma, não se pode considerar que o próprio sujeito burguês, que propaga a filosofia do iluminismo, não é o ser humano autónomo, racional e responsável "em si", mas sim o agente do trabalho abstracto, que perde a sua base e se torna selvagem com o desaparecimento do trabalho. Não faz sentido colocar um sujeito "autêntico", "esclarecido" contra este asselvajamento. A sua razão é a razão desse "sistema de progresso" que, à medida que a crise avança, destrói a vida e a criação, e esbarra no vazio. Torna-se reconhecível como irracionalidade porque é uma expressão do propósito de fim em si irracional da multiplicação do capital por amor de si mesmo, que se vai esgotando e assim conduz à destruição.

Mesmo a tão proclamada responsabilidade e autonomia do sujeito esclarecido sempre pressupôs, irreflectidamente, a prisão nas formas capitalistas e, portanto, a socialização da dissociação e do valor. Não há responsabilidade pessoal, vontade política ou estatal que possa saltar por cima deste quadro. O Estado e o direito não podem ser separados desta socialização. O Estado só é capaz de agir dentro deste quadro, o direito só é constitutivo dentro deste quadro. No capitalismo, a dominação torna-se dominação abstracta, cujos actores económicos e políticos estão embutidos no quadro pressuposto de um sistema abstracto. Karl Marx falou neste contexto de um "sujeito automático" e assim deixou claro que o sujeito está submetido aos automatismos de um sistema. A sua vontade e as suas possibilidades de acção estão limitadas às margens de manobra permitidas pelos automatismos do sistema.

Apenas no quadro desta margem de manobra "o" ser humano é livre e igual. Também a proclamada universalidade do seu direito à vida e ao reconhecimento, no quadro dos direitos humanos, está realmente ligada à possibilidade de valorização da força de trabalho humana como capital humano, ou à viabilidade financeira das pessoas, se estas já não puderem ser valorizadas como força de trabalho. Todos os direitos e ideais iluministas pressupõem assim a rentabilidade dos seres humanos.

Em vez de se reflectir criticamente sobre o pensamento do iluminismo nas suas limitações imanentes, insiste-se nas suas promessas, mesmo quando a base real para elas está a ser cada vez mais corroída. À medida que a crise avança, a margem de manobra entre os ideais proclamados e a possibilidade de realizá-los torna-se cada vez mais reduzida. Esta contradição incompreendida é combinada com a sensação de estar desamparado, à mercê de algo que está a seguir o seu curso. Não é de admirar que este sentimento alimente a raiva e o ódio, que se expressam nas tendências descritas de asselvajamento de sujeitos literalmente insustentáveis.

Contra os asselvajamentos racistas, sexistas, anticiganistas e anti-semitas, contra o ódio quotidiano que se manifesta no espaço público como negligência social até em ataques a médicos e enfermeiros, e é agressivamente dirigido contra tudo o que não está imediatamente disponível e em serviço, contra a raiva e o ódio que encontram uma plataforma nas redes sociais, não ajuda demandar a democracia e os direitos humanos de maneira idealista. O mais provável é que isso duplique ideologicamente a impotência experimentada, porque são feitas alegações ilusórias para algo que está a perder cada vez mais a sua base na realidade do capitalismo de crise. Com a consciência destes limites, é muito sensato e necessário empenhar-se na preservação dos espaços de manobra da liberdade, contra o autoritarismo e o extremismo de direita.

4. Reflexão teológica

A Rede Ecuménica está enraizada na tradição judaico-cristã e, portanto, ligada às igrejas cristãs, como lugares onde essa tradição está viva. Em algumas igrejas essa tradição também se expressa hoje no facto de ser vivida como um compromisso com a justiça, a paz e a integridade da criação. Embora a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas e o Conselho Ecuménico de Igrejas tenham iniciado, com o *Processus Confessionis*, desde meados dos anos 90, um processo no qual a profissão de fé deveria ser formulada no contexto da dinâmica destrutiva global do capitalismo, e embora o Papa Francisco tenha ligado os problemas de sobrevivência da humanidade e da criação com claras críticas ao capitalismo, as igrejas na Alemanha estão acima de tudo preocupadas com seus próprios problemas de sobrevivência. Estão a tentar salvar-se como "igrejas empresariais", que orientam suas ofertas espirituais e pastorais para as situações do mercado religioso e social. Isto leva-as a adaptarem-se às condições capitalistas e ao seu culturalismo pós-moderno. Querem afirmar-se nos coloridos e florescentes mercados da espiritualidade esotérica e da terapia. Destacam-se as ofertas de eventos e experiências. Ofertas de bem-estar com carga esotérica e religiosa destinam-se a aliviar as pessoas do stress do desempenho e da auto-afirmação, a aliviar o medo da despromoção. E, mesmo em casos de fracasso, as igrejas estão prontas para oferecer a sua experiência em lidar com contingências, já que têm experiência em lidar com fracassos e recomeços.

O problema não é que as igrejas cuidem de pessoas em situações difíceis da vida, mas que ignorem com determinação o contexto social e se abstenham de uma reflexão crítica sobre a sociedade. É também embaraçoso quando se trata de promover as próprias ofertas religiosas e pastorais como directamente adequadas à vida quotidiana e úteis, como conectáveis com as necessidades terapêuticas e espirituais imediatas. Mas, ao fazê-lo, passam ao lado da realidade socialmente mediada da vida das pessoas, que não pode ser compreendida sem uma reflexão de crítica social. Em primeiro plano não está – como repetidamente afirmado – "o ser humano". Trata-se mais da tentativa de as igrejas se afirmarem como relevantes, tendo em vista a sua crescente insignificância. Neste contexto, não é por acaso que a reflexão de crítica social e de teologia crítica é cada vez mais marginalizada nas igrejas. Ela está em conflito com os interesses das igrejas em sua auto-afirmação, adaptando-se ao culturalismo pós-moderno, que já passou do seu auge, o que faz com que as igrejas, mais uma vez, cheguem tarde demais em sua embaraçosa tentativa de ligação com o "espírito do tempo".

Para além destas tendências de adaptação pós-moderna, não pode ser ignorada uma corrente aparentemente oposta. Esta busca a salvação na salvaguarda fundamentalista da fé em verdades intemporais, supostas inalteravelmente predeterminadas pela Bíblia e/ou pela tradição. Em certezas (de salvação) fundamentais oferecem identidade, segurança e apoio aos indivíduos que se sentem inseguros com a pluralidade de formas de vida e de opiniões. Encontram-se sobretudo nos movimentos dos evangélicos, do lado protestante, e nos chamados "Novos Movimentos Espirituais", que se propuseram a re-evangelização, do lado católico. É assustador que uma parte esteja politicamente próxima dos movimentos de extrema-direita ou os apoie abertamente. Neles vêem movimentos que podem ultrapassar todo o caos plural, retornando a uma ordem original e atemporal. Também os chamados movimentos religiosos não renunciam ao "empresarial". Pelo contrário, eles querem chegar às massas e para isso se apoiam nos mais modernos meios de encenação mediática e de criação de eventos. A tendência de esoterização da fé, que aparece como mais liberal, e os movimentos autoritários, que confiam na autoridade imediata da palavra da Bíblia e/ou da autoridade da igreja, também estão unidos no facto de ambos se furtarem à reflexão

crítica. A "última palavra" é, para uns, a experiência e a relevância diária, para outros, a verdade garantida pela Bíblia e a autoridade da igreja. Em aparentes contradições, são variantes de fundamentalismo que se confrontam.

4.1 Falar de Deus tendo em vista os que sofrem

Se se pretende evidenciar os conteúdos ligados ao nome de Deus, isso não pode ser feito sem uma reflexão teológica crítica, hoje ligada à crítica da sociedade de crise capitalista, que priva as pessoas das bases da vida, as leva a uma mania de auto-otimização, obriga sempre a novas adaptações a serem feitas sob a própria responsabilidade, e sobrecarrega tanto as pessoas que elas ficam esgotadas e deprimidas.

Falar de Deus de costas voltadas para aqueles que sofrem a injustiça e a violência da situação passa ao lado dos conteúdos relacionados com o discurso bíblico sobre Deus. O nome de Deus não representa uma verdade intemporal, nem a busca intemporal da felicidade individual, nem uma abstracta gestão da contingência. O discurso sobre Deus, como articulado na tradição judaico-cristã, está embutido no grito pela salvação do sofrimento da injustiça e da violência em vários sistemas de dominação. Vai desde os gritos da casa dos escravos no Egipto, os gritos dos que sofrem sob os reis de Israel, os gritos dos deportados na Babilónia, dos oprimidos pela dominação grega e romana, até ao grito do Messias na cruz. Estes gritos são expressão do facto de as pessoas não se conformarem com a dominação sob a qual sofrem, e se recusarem a dar o seu consentimento. Eles estão enraizados numa tradição que reforça a confiança de que Deus falará a "última palavra" – uma palavra de julgamento sobre toda a dominação que mata, humilha e insulta as pessoas, e uma palavra de salvação que é especialmente para as vítimas da injustiça e da violência. Este é o fundamento da esperança de um novo céu e uma nova terra para todos.

4.2 Compaixão e lembrança

Enraizado nesta esperança, o Messias Jesus viveu e foi solidário com as vítimas da dominação romana, e resistiu até à sua execução na cruz romana. Assim, ele está na linha de todos aqueles que – em solidariedade com as vítimas – resistiram aos sistemas de dominação e continuam a resistir-lhes até hoje. Quando nós, como cristãos e cristãs, professamos a ressurreição de Jesus, fazemo-lo porque confiamos que Deus disse a sua palavra salvadora e julgadora em Jesus perante o Messias crucificado, que é válida também para todos aqueles que, como ele, são vítimas e se levantaram contra a injustiça e a violência. Deste modo, Deus justificou-o e a todos aqueles que resistiram à dominação dos homens e dos sistemas. Ele injustificou a dominação de Roma, e com ela toda a dominação. No entanto, a dominação de Roma continuou, e com ela a perseguição de todos aqueles que lhe resistiram. Aqueles que se juntaram ao Messias Jesus fizeram-no na confiança de que, pelo menos em seu Messias, o Deus de Israel tinha tornado realidade o que ainda está por vir para todos: a libertação da injustiça e da violência da dominação social, e a vida no Reino de Deus, como um novo céu e uma nova terra. Nisto eles encontraram a capacidade de resistência para antecipar, pelo menos na vida das suas comunidades messiânicas – com todas as rupturas –, o que eles esperavam para toda a gente. Essa foi a força motriz para a missão deles: Todos os povos deveriam ter acesso à esperança do fim da dominação romana e do fim de toda a dominação; todos deveriam encontrar a força para recusar lealdade à dominação romana e viver agora em comunidades messiânicas, nas quais as relações de superioridade e subordinação são ultrapassadas, e é válido o que Paulo transmitiu como a antiga profissão de fé do baptismo: "Todos vós que fostes baptizados em Cristo vos revestistes de Cristo. Não há mais judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, porque todos vós sois um em Cristo" (Gal 3, 27s.).

Quando hoje nos ligamos a estas tradições, não o fazemos na certeza de um assombroso triunfalismo da salvação, que não se deixa irritar com o sofrimento contínuo, no nosso tempo de hoje em agudização até à catástrofe, nem procuramos alívio e felicidade na espiritualidade esotérica e piedosa. A tradição judaico-cristã é importante para nós porque nela está viva a memória da história humana de sofrimento e, ao mesmo tempo, as promessas ligadas à salvação das casas de escravos da história e à ressurreição do Messias crucificado. Porque sentimos falta da sua realização para todos, não deixamos de perguntar por Deus e pela realização das suas

promessas. Estas questões resistem às tentações fundamentalistas de autoconvicção e de garantia de salvação. Questões que nos deixam inquietos e não podem ser acalmadas por nenhuma medicina religiosa. Elas só encontrarão paz quando Deus tiver cumprido as suas promessas para todos, num novo céu e numa nova terra, na ressurreição dos mortos.

4.3 Falar de Deus

Falar de Deus e perguntar por Deus tem assim um triplo significado para nós na actual situação:

- Primeiro, falar de Deus cria um distanciamento crítico da realidade social tal como ela é, e expressa que não concordamos com a dominação sob a qual as pessoas sofrem. Mas não se trata aqui de nenhum mero distanciamento abstracto do mundo, se aquilo que as pessoas sofrem hoje nos dá "que pensar" e se liga a uma crítica social que analisa e nega a dominação abstracta do capitalismo – assim criando uma condição necessária para ultrapassá-la. A teologia, como uma pergunta por Deus contextualizada, não pode ser separada da crítica social e da busca de libertação.
- Segundo, falar de Deus implica a distinção entre Deus e os ídolos. Nas tradições bíblicas é considerado um ídolo algo que as pessoas criaram para si mesmas e ao qual se submetem a fim de descobrirem a salvação. O desejo de restituir as condições de dominação, como no Egipto, ou de se submeter à dominação estrangeira é criticado como idolatria na Bíblia. É traição ao Deus de Israel, cujo nome implica a libertação da dominação. Hoje temos de lidar com a dominação do capitalismo. Com ele não somos simplesmente confrontados com ídolos individuais, como mercado, dinheiro, trabalho, crescimento etc., mas com o contexto fetichista da dominação abstracta do capital e seus momentos reprodutivos dissociados. Esta dominação constitui relações sociais que sujeitam todo o globo ao abstracto fim em si mesmo da multiplicação do capital por amor de si mesmo, e que dissociam todos os momentos reprodutivos. Aqui, as vidas concretas das pessoas, incluindo toda a riqueza material, são sacrificadas a este contexto fetichista. Não simplesmente "esta economia mata", como o Papa Francisco tem dito, mas a dominação abstracta deste contexto fetichista mata e tem de ser ultrapassada.
- Falar de Deus articula-se, em terceiro lugar, como um protesto contra a imanência fechada. Coloca os sistemas de dominação sob a condição da sua ultrapassagem. A este respeito, o discurso da ressurreição inclui a abertura dos túmulos da imanência fechada, nos quais as pessoas estão encerradas. Tal ressurreição não acontece apenas após a morte, mas na história. Na história, as pessoas levantam-se contra a situação e o seu fechamento. Um exemplo é o cego Bartimeu (Mc 10, 46-52). Na sua cegueira, ele clama por Jesus, o "Filho de David" (v. 46), de quem espera que Jesus, como "Filho de David", restaure o reino de David. Jesus, porém, não veio como dominante, mas para vencer a dominação. É exactamente isto que Bartimeu entende. Quando lhe foi dito "Levanta-te, ele (Jesus) chama-te" – como diz Marcos – "deitou fora o seu manto ... e correu para Jesus" (v. 49s.). O manto simboliza a esperança na restauração da realeza de David. Bartimeu tem de deitá-lo fora, transcendendo-o. Deste modo, a sua cegueira pode ser curada e ele pode seguir Jesus no seu caminho de resistência à dominação.

4.4 Dupla transcendência

O capitalismo confronta-nos como um sistema de dominação para o qual parece não haver alternativa. Quem quer viver só o pode fazer submetendo-se à sua dominação. O capitalismo não conhece nenhuma transcendência, nenhum cruzamento dos seus limites. Nele, a transcendência e a imanência fundem-se num sistema fechado de dominação que não pode permitir qualquer alternativa, mesmo perante a crise de sobrevivência que produz. As pessoas – incluindo grandes partes das igrejas – parecem estar de tal modo fundidas com ele que, na sua cegueira, mais depressa podem imaginar a destruição completa do globo do que uma vida "para além" das mortíferas condições fetichistas do capitalismo. A crença em Deus, como objecção contra a imanência fechada, abre a visão para reconhecer a imanência fechada e procurar maneiras de ultrapassá-la. Um primeiro passo para isso poderia ser o de lançar fora o lastro dos sonhos

ilusórios, de que o capitalismo ainda poderia ser de algum modo restaurado de maneira reguladora, e depois continuar na sua imanência, talvez até um pouco mais social e mais ecológico.

A objecção contra a imanência fechada é também dirigida contra as tentativas das igrejas de se tornarem conectáveis com a religião e a espiritualidade pós-modernas, nas quais as condições capitalistas são pressupostas sem queixas nem críticas. Na imanência fechada do capitalismo, elas estão apenas à procura de experiências de alívio e de vivências sempre novas, que são oferecidas em eventos. Pretende-se que a imediatidade da experiência e da vivência não seja irritada pelo sofrimento dos outros, nem desiludida pela reflexão crítica. Deste modo, a imanência fechada do ídolo patriarcal-capitalista permanece intocada e a piedade privatizada permanece ao seu serviço e a ela dedicada. A objecção contra imanência fechada também deve ser referida aos movimentos que estão encerrados na intemporalidade da palavra da Bíblia e/ou numa verdade tradicional garantida pela autoridade da igreja, que se pretende válida intemporalmente e sem mediação com as condições sociais.

A objecção contra a imanência fechada tem uma dupla dimensão. Visa a ultrapassagem dos sistemas fechados e das fronteiras na história – hoje visa a ultrapassagem do sistema fechado e mortal do "patriarcado produtor de mercadorias" que está a conduzir à catástrofe – mas também a ultrapassagem das fronteiras da morte, como esperança para o resgate das vítimas da injustiça e da violência, e aqui de todos os irmãos e irmãs humanos. Em Deus também a história como um todo não pode permanecer uma sepultura fechada. Se o que ele prometeu em seu nome e o que ele tornou realidade em seu Messias é válido, então ele não pode deixar como estão os sofrimentos passados. A história não pode continuar dividida entre os felizes e os infelizes, os vitoriosos e os derrotados, os salvos e os definitivamente perdidos. Deste modo esperamos que a "última" palavra salvadora de Deus se aplique também aos mortos e os inclua na nossa resistente esperança de um novo céu e uma nova terra. Ambas as formas de cruzar (transcendendo-as) as fronteiras fechadas – as dos sistemas de dominação na história e as da história como um todo – estão tão inter-relacionadas que a esperança do cruzamento final das fronteiras da história e da morte não pode existir sem o cruzamento histórico das fronteiras dos sistemas mortíferos na história.

4.5 Memória do sofrimento como processo de professar

Como fica claro na profissão de fé que precede o baptismo, o "eu creio" pressupõe o "eu renuncio". A fé em Deus não passa sem a resistência às condições contrárias à fé em Deus, no seu Messias e no espírito de libertação que deles emana. A isso se liga o "Processus Confessionis" (Processo de Professar) adoptado pela Aliança Mundial das Igrejas Reformadas em 1997 e pelo Conselho Mundial das Igrejas em 1998. Nós o entendemos como um processo no qual a fé em Deus, como o Deus da vida, tem de ganhar vida na resistência à maquinaria capitalista de morte.

Para que tudo o que está contido no professar possa ser cada vez mais vivo na nossa vida, a oração e o culto, especialmente a celebração da Ceia do Senhor e da Eucaristia, são de importância central para nós. Nisto, a memória da vida e morte de Jesus e a profissão da sua ressurreição estão ligadas à memória do sofrimento das pessoas e ao seu grito pela salvação ("memoria passionis"), assim como à esperança do regresso de Cristo, que põe fim a toda a história de sofrimento. Na celebração da Ceia do Senhor e da Eucaristia expressa-se o sentimento da falta de Deus e da realização da sua promessa de um mundo messiânico para todos. Ao mesmo tempo, vive-se nela a esperança de que Deus falará a sua "última" e definitiva palavra de salvação na volta do seu Messias, e de que Ele tornará realidade o que prometeu em seu nome. Até lá, no poder do Espírito de Deus, há que resistir às circunstâncias e permanecer fiéis àqueles que clamam por salvação.

5. As opções de acção e a questão das alternativas

Desde sua fundação, a Rede Ecuménica Rhein-Mosel-Saar tem procurado reflectir sobre os problemas e as catástrofes de que sofrem as pessoas em relação à totalidade social constituída pelo capitalismo, e incorporá-los nos movimentos e campanhas sociais. Este caminho foi e continua a ser acompanhado de marginalização na sociedade, na igreja e nos movimentos políticos. No entanto, isso não nega os conhecimentos adquiridos nem a percepção de que uma perspectiva de sobrevivência só pode ser obtida se o contexto capitalista da forma e a crise a ela

ligada, que leva a uma catástrofe social, forem reconhecidos em seus diferentes modos de expressão.

Trabalharemos para que se possa impor a percepção realista de que, no âmbito de um sistema de valor e dissociação, dinheiro/capital e trabalho, mercado e regulação estatal, e com base na forma burguesa de sujeito, o caminho para a catástrofe está pré-programado. Assim, devem ser criticadas todas as propostas de reformas e de supostas alternativas que se movem no quadro das categorias capitalistas não criticadas. Sem passar pelo "purgatório" da crítica radical, estão a ser criadas alternativas que consistem em arrancar facetas do conjunto das condições e atribuir-lhes uma função diferente. De repente, o dinheiro deve ser prestável, em vez de ser um fetiche que coloca a sociedade capitalista sob a compulsão do aumento irracional do capital por amor de si mesmo. É assim que acontece com o dinheiro regional, com os anéis de troca e as lojas gratuitas, com a renda básica a um nível miserável, com a economia solidária e do interesse comum, ou seja, com supostas alternativas que não tocam nas formas determinantes das relações capitalistas fetichizadas. Não menos problemáticos são os sempre novos apelos à regulação política, desde o regresso às regulações do Estado social até à regulação dos mercados financeiros, porque pressupõem a ilusão de que é possível regressar à criação de valor, com base no qual o capitalismo possa ser regulado.

As alternativas são possíveis, mas não no quadro da socialização capitalista. Elas só se tornam concebíveis quando as formas que a constituem forem coerentemente negadas. A tentativa de pensar em alternativas pode ser ligada à contradição entre matéria e forma, ou seja, à compulsão irracional de transformar a riqueza material em riqueza abstracta, isto é, na forma de dinheiro, assim a destruindo. Os movimentos transnacionais para ultrapassar o capitalismo tornado global poderiam deixar claro por onde começar nas contradições capitalistas individuais: pelo condicionamento do financiamento para a saúde e habitação, pelo deitar fora alimentos suficientemente produzidos, pela impossibilidade ecológica do exorbitante tráfego individual e aéreo, e muito mais.

Tomando como exemplo os alimentos, é claro o que está em jogo: actualmente, são produzidos alimentos suficientes – embora com efeitos por vezes devastadores para os seres humanos, os animais e o ambiente – para doze mil milhões de pessoas, enquanto mais de mil milhões de um total superior a sete mil milhões de habitantes do planeta passam fome todos os dias. O que não pode ser vendido – ou seja, não pode voltar a ser transformado em dinheiro, como expressão de riqueza abstracta – é destruído. Uma questão decisiva para os movimentos sociais e para todas as "pessoas de boa vontade" seria então: como se poderia produzir em condições humanas e ambientalmente amigáveis fora das formas patriarcais-capitalistas – ou seja, sem a compulsão de transformar a riqueza material em riqueza abstracta – de tal modo que todas as pessoas ficassem saudavelmente satisfeitas e a sua existência material e social fosse assegurada? Formulado teoricamente: Livres da compulsão da riqueza abstracta, seria possível produzir para as necessidades humanas, com base na riqueza material e no nível alcançado das forças produtivas. A produção poderia ser reduzida e organizada de modo mais ecológico. A produção e a distribuição já não dependeriam da submissão ao fetiche irracional da multiplicação do capital por amor de si mesmo, mas poderia ser tornada "sustentável", transparente e institucionalizada por acordo humano.

No caminho para ultrapassar o capitalismo, é importante que as pessoas resistam às imposições do capitalismo e deixem claro que não estão dispostas a aceitá-las. Isto pode deixar claro que as pessoas estão a abandonar a lealdade ao capitalismo. O que inclui certamente as correspondentes exigências políticas sócio-ecológicas (iminentes). Faz sentido fazê-las, mesmo que a sua realização sob o capitalismo seja improvável. Elas não são refutadas pela famosa questão da sua viabilidade financeira. Se exigências sociais, ecológicas e políticas importantes esbarram nos limites da possibilidade de realização política real, é necessário, no entanto, insistir e deixar claro que isto não fala contra as exigências, mas contra um sistema que obviamente não as pode cumprir. É precisamente isso que deslegitima o sistema patriarcal-capitalista, que cada vez mais se depara com seus limites lógicos internos e ecológicos externos. Estes limites, porém, não devem

ser motivo para reter a satisfação das necessidades básicas das pessoas e adaptá-las cada vez mais às realidades da crise, mas sim para pressionar para que o sistema seja ultrapassado.

No “apogeu” do capitalismo fordista, os esforços para melhorar ou humanizar as condições de vida eram, por vezes, suspeitos de quererem cuidar da saúde do capitalismo, e assim o preservar. Entretanto, tornou-se claro que o capitalismo não pode ser mantido nem com os melhores cuidados, nem pode ser estabilizado por reformas. Tendo em conta as condições cada vez mais bárbaras, a acção humanitária ou samaritana é também uma tarefa essencial. Apesar da visão desiludida de que as melhorias humanitárias não podem ultrapassar as circunstâncias, o desafio continua a ser levantar os que caíram nas mãos dos salteadores (Lc 10, 29-37). O que também é válido quando, perante o agravamento dos processos de crise, toda a acção humanitária já não consegue acompanhar o ritmo das catástrofes que alastram.

Com este texto queremos possibilitar uma discussão mais ampla sobre as dificuldades e a plausibilidade da nossa crítica do capitalismo. Devemos visões essenciais à Teoria Crítica do Capitalismo, como crítica do valor e da dissociação dos domínios da reprodução, que foi desenvolvida por Robert Kurz e Roswitha Scholz. Teologicamente, ligamos a reflexão crítica à Nova Teologia Política em torno de Johann Baptist Metz. Sem nos fecharmos a novas visões, discutimos com base nas que formulamos neste texto. Elas levaram-nos à convicção de que o feitiço da dominação capitalista só pode ser quebrado se o "todo" da organização capitalista, em seus aspectos económicos, políticos, ideológicos e psicossociais, for questionado e negado na reflexão crítica. Pois só assim há uma oportunidade de ultrapassar a dominação abstracta do capitalismo patriarcal, feito e fetichizado pelos seres humanos, com sua dinâmica destruidora. Só numa ruptura radical com o conjunto das relações patriarcais capitalistas é possível encontrar formas de uma sociedade em que as necessidades humanas possam ser satisfeitas, a criação possa ser preservada e as estruturas de convivência possam ser configuradas de modo transparente.

Original Den Kapitalismus als Ganzes überwinden! Da es im Kapitalismus keine Alternativen gibt, brauchen wir Alternativen zum Kapitalismus, Ökumenische Netz Rhein-Mosel-Saar.
Tradução de Boaventura Antunes